



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



Excelentíssimo Senhor
JOECIR BERNARDI
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 55/2021
Data: 29/01/2021 - Horário: 17:22
Legislativo - PLO 4/2021

O vereador que abaixo assina, **Claudemir Zanco - PL**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário e solicita apoio dos nobres pares para a aprovação do seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 4/2021

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Patobranquense de Kickboxing e Boxe.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal Associação Patobranquense de Kickboxing e Boxe, entidade sem fins econômicos, inscrito na CNPJ nº 32.765.504/0001-99, com sede na Rua Vieira da Costa, nº 130, Bairro Pinheirinho - CEP 85506-160, no município de Pato Branco, Paraná.

Art. 2º A entidade referida no art. 1º se obriga a apresentar anualmente ao Executivo Municipal relatório circunstanciado dos serviços prestados à comunidade durante o exercício anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 25 de janeiro de 2021.


Claudemir Zanco
Vereador - PL



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1541



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorbiruba@patobranco.pr.leg.br





JUSTIFICATIVA

O presente projeto busca declarar de utilidade pública a Associação Patobranquense de Kickboxing e Boxe, entidade sem fins lucrativos, fundada em 02 de janeiro de 2019, que congrega essencialmente atletas praticantes de artes marciais.

Quanto mais entidades voltadas a prática de esportes que incentivem os nossos munícipes a desenvolvê-las cada vez mais garantindo a sua qualidade de vida, solicito aos nobres pares aprovação do presente Projeto de Lei.

Claudemir Zanco
Vereador – PL





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

LEI Nº 2.340, DE 1º DE JUNHO DE 2004.

Súmula: Estabelece normas para a declaração de utilidade pública no Município de Pato Branco e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do parágrafo 5º do artigo 36, da Lei Orgânica Municipal, com a nova redação dada pela Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 3, de 9 de novembro de 1994, promulga a seguinte lei:

Art. 1º A concessão do título de utilidade pública no Município de Pato Branco regula-se pelas disposições desta lei.

Art. 2º As sociedades civis, as associações com atividade social, recreativa ou esportiva, as instituições filantrópicas, de pesquisas científicas e fins culturais e as fundações constituídas no Município de Pato Branco ou aqui exerçam suas atividades através de representações, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade podem ser declaradas de utilidade pública.

Art. 3º A concessão de título de utilidade pública far-se-á através de lei municipal, devendo a entidade interessada, com a finalidade de instruir a respectiva proposição legislativa, com documentos autenticados, fazer prova de que:

I – possui personalidade jurídica própria, comprovada mediante Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas;

II – a entidade (matriz ou filial) encontra-se em efetivo e contínuo funcionamento no Município de Pato Branco em observância aos fins estatutários, a pelo menos um ano, imediatamente anterior à proposta de declaração de utilidade pública;

III – não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;

IV – mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividade de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório;

~~V – seus diretores e conselheiros fiscais sejam portadores de ilibada conduta e idoneidade moral;~~

V – seu Presidente e Tesoureiro sejam portadores de ilibada conduta e idoneidade moral; [\(Redação dada pela Lei nº 4.367, de 23.7.2014\)](#)

VI – ata da eleição de sua diretoria atual, registrada em cartório;

VII – balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

VIII – declaração de isenção de Imposto de Renda; e

IX – inscrição atualizada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

~~**Parágrafo único.** O requisito constante no inciso V deste artigo poderá ser comprovado mediante atestado fornecido pela Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, ou por um Juiz de Direito, ou por um Promotor de Justiça, ou por um Delegado de Polícia.~~

Paragrafo único. O requisito constante no inciso V deste artigo deverá ser comprovado mediante apresentação de Certidão de Antecedentes Criminais, fornecidos pela Polícia Civil e Federal. (Redação dada pela Lei nº 4.367, de 23.7.2014)

Art. 4º As sociedades, associações ou fundações declaradas de utilidade pública farão registro, em livro especial, de acesso público, da Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, que se destinará, também, à averbação das remessas dos relatórios, a que se refere o artigo 5º.

Art. 5º As entidades declaradas de utilidade pública salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, a critério da autoridade competente, ficam obrigadas a apresentar, até o dia 30 de abril de cada ano, à Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, relatório circunstanciado dos serviços que houverem prestado à coletividade no ano anterior, devidamente comprovado no demonstrativo das receitas e das despesas realizadas no período, ainda que tenham sido subvencionadas pelo Poder Público Municipal.

Art. 6º As entidades já detentoras de título de utilidade pública deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, da publicação desta lei, fazer sua inscrição na Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, a fim de habilitarem-se aos posteriores auxílios e subvenções a serem concedidos pelo Poder Público Municipal.

Art. 7º O descumprimento de qualquer exigência prevista nesta lei ou o desvirtuamento das suas finalidades, cuja apuração se fará em processo administrativo, instaurado pela Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania, ou mediante representação de qualquer interessado, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, poderá acarretar o cancelamento da declaração de utilidade pública da entidade infratora, sem prejuízo da ação judicial cabível.

Parágrafo único. Constatada a existência da infração, cometida por entidade declarada de utilidade pública, o Chefe do Poder Executivo Municipal encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei objetivando a revogação do benefício.

Art. 8º Somente poderão receber auxílios, subvenções e contribuições do Poder Público Municipal, as entidades que sejam portadoras da declaração de Utilidade Pública.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as constantes das leis nº 1.046, de 2 de julho de 1991 e nº 2.146, de 12 de abril de 2002.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Esta lei decorre do projeto de lei nº 30/2004, de autoria dos vereadores Arcedinos de Fragas – PMDB, Clóvis Gresele – PP, Dirceu Dimas Pereira – PPS, Enio Ruaro – PP, Laurinha Luiza Dall’Igna – PP, Nelson Bertani – PDT, Nereu Faustino Ceni – PC do B, Pedro Martins de Mello – PFL, Silvio Hasse – PDT, Valmir Tasca – PFL, Vilmar Maccari – PDT e Vilson Dala Costa – PMDB.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 1º de junho de 2004.


Dirceu Dimas Pereira
Presidente



ASSOCIAÇÃO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE
CNPJ n.º 32.765.504/0001-99
Rua Vieira da Costa n.º 130
Centro CEP: 85506-160
Município Pato Branco – PR

A
Câmara de Vereadores
Pato Branco – Pr

Ref: Utilidade Pública

A Associação acima qualificada na responsabilidade da presidente Sra. FRANCIELE VONSOSKI GONDARSKI, vem mui respeitosamente conforme Lei n.º 2.340 de 1º de junho de 2004, requer a concessão de título de utilidade pública municipal.

Outrossim declaramos que a associação está devidamente regulamentada mediante documentação e atende os requisitos para a devida utilidade.

Sendo o que tínhamos pra o momento

Agradecemos

Atenciosamente


FRANCIELE VONSOSKI GONDARSKI
Presidente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.765.504/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/02/2019
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO WDF		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.91-1-00 - Ensino de esportes		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R VIEIRA DA COSTA	NÚMERO 130	COMPLEMENTO *****
CEP 85.506-160	BAIRRO/DISTRITO PINHEIRINHO	MUNICÍPIO PATO BRANCO
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (46) 9917-6149	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/02/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/01/2021 às 09:00:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, composição



Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE, designada nesse Estatuto, simplesmente ASSOCIAÇÃO WDF, fundada no dia 02 de janeiro de 2019, é uma associação sem fins lucrativos, com sede na Rua Vieira da Costa nº 130, Bairro Pinheirinho, Cep: 85506-160 na cidade de Pato Branco - PR, fica alterada para o endereço da rua Vieira da Costa n.º 130, bairro Pinheirinho, Cep: 85506-160 de duração por tempo indeterminado, que congrega essencialmente atletas praticantes artes marciais, regendo-se por este Estatuto, sua regulamentação, demais disposições e leis vigentes.

§ Único – Nenhum membro da ASSOCIAÇÃO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE responde pelas obrigações por ela contraídas, nem mesmo subsidiariamente.

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO WDF tem por fim:

- a) Dirigir, difundir e incentivar na cidade de Pato Branco a prática das artes marciais com finalidade competitiva, recreativa ou para manutenção e desenvolvimento do preparo físico e da saúde de crianças, jovens e adultos, dentro de critérios esportivos não profissionais;
- b) Representar os atletas junto aos poderes públicos, pugnando pelos interesses legítimos de seus filiados;
- c) Respeitar e fazer respeitar as regras e regulamentos nacionais e internacionais das entidades a que esteja filiada, assim como os atos legalmente expedidos pelos órgãos e pelas autoridades que integram os poderes públicos;
- d) Promover e realizar eventos esportivos, culturais e artísticos locais, estaduais, nacionais e internacionais na área do esporte, turismo, cultura e inclusão social no Estado do Paraná;
- e) Estatuir a respeito dos competidores, respectivos registros e inscrições fazendo cumprir as exigências das normas vigentes;
- f) Emitir tabelas de taxas, encargos financeiros que se fizerem necessários ao funcionamento da ASSOCIAÇÃO WDF;
- g) Expedir aos filiados, circulares, deliberações, resoluções, códigos, regulamento, instruções ou qualquer outro ato necessário à organização, funcionamento e disciplina de competições ou atividades.
- h) Promover projetos sociais em diversas categorias.

Art. 3º - São poderes da ASSOCIAÇÃO WDF:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Diretoria;
- d) Conselho Fiscal.



CAPÍTULO II

Dos associados, seus direitos e deveres

Art. 4º - A **ASSOCIAÇÃO WDF** constitui-se de número ilimitado de associados, divididos em 3 (três) classes, a saber:

- a) Fundadores - São os associados que participaram da fundação da Associação.
- b) Efetivos - São os associados que ingressarem na **ASSOCIAÇÃO WDF** após a sua fundação.
- c) Beneméritos - São os associados ou não da **ASSOCIAÇÃO WDF** que tenham prestado relevantes serviços à causa da associação;

§ Único - A honraria ou diplomação do benemérito é de competência do Conselho Deliberativo, mediante proposta da Diretoria.

Art. 5º - A admissão de associados, dar-se-á por meio de formulário próprio e dependerá de aprovação da Diretoria.

§ Único - Fica estabelecido o valor de R\$ 60,00 (Sessenta reais) como contribuição (única) a ser realizada pelos novos associados em favor da **ASSOCIAÇÃO WDF**, bem como o valor da mensalidade será de 20,00 (vinte reais) mensais a todos os associados.

Art. 6º - São direitos dos associados:

- a) Tomar parte da Assembleia Geral e opinar, só podendo votar ou ser votado, os que tiverem mais de um ano de efetividade social, não sendo admitidos votos por procuração;
- b) Propor, à Diretoria, as medidas que julgar convenientes em prol dos interesses da **ASSOCIAÇÃO WDF** e do esporte em geral;
- c) Requerer à Diretoria, a convocação da Assembleia Geral Extraordinária com assinatura mínima de 1/5 (um quinto) dos associados;
- d) Recorrer das decisões da Diretoria, ao Conselho Deliberativo, dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar da data em que receber ofício imputativo que lhe for dirigido;
- e) Participar de competições, festas e atos sociais promovidos pela **ASSOCIAÇÃO WDF**.

§ Único - Gozarão dos direitos assegurados neste Estatuto, os associados em dia com a tesouraria e que não estejam cumprindo pena estatutária.

Art. 7º - São deveres dos associados:

- a) Cumprir este Estatuto e as disposições dele emanadas, dos quais não poderá alegar ignorância;
- b) Pagar as contribuições estipuladas e qualquer compromisso a que esteja sujeito, sob pena de perder seus direitos.

CAPÍTULO III

Das penalidades

Art. 8º - Os associados que incorrerem em infração de qualquer dispositivo deste Estatuto ou Regimento dele emanado, ou das resoluções de qualquer poder da **ASSOCIAÇÃO WDF** serão passíveis das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) suspensão;
- c) exclusão.

CAPÍTULO IV

Da Assembléia Geral



Art. 9º - A Assembléia Geral se constituirá de associados quites com a tesouraria, só podendo deliberar com a maioria absoluta em primeira convocação, e com qualquer número em segunda e última, 30 (trinta) minutos após a primeira chamada, exceto no caso do Art. 36.

§ Primeiro – as convocações das Assembléias Gerais, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, poderão ser feitas por circular escrita, telefônica, e-mail, site, por publicação em jornal diário da cidade sede, e ou, outros meios eletrônicos.

§ Segundo – A Presidência da Assembléia Geral, será exercida por um associado indicado pelo plenário, cabendo ao eleito escolher o Secretário.

Art. 10º – A Assembléia Geral será convocada:

- Ordinariamente, anualmente, no mês de fevereiro pelo Presidente do Conselho Deliberativo ou pelo Presidente da Diretoria.
- Extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, pelo Presidente do Conselho Deliberativo, pelo Presidente da Diretoria ou pelos associados, na conformidade do Art. 6º, letra "c".

Art. 11º – A Assembleia Geral compete:

- Eleger o Conselho Deliberativo, o Presidente e o Vice-Presidente da Diretoria e o Conselho Fiscal;
- Destituir membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- Referendar as contas aprovadas pelo conselho fiscal;
- Aprovação ou a alteração do Estatuto Social;
- Aprovar a extinção da associação e o destino do patrimônio social, nesse caso;
- Qualquer outro assunto de relevância para a Associação.

Art. 12º – Os casos de votação serão sempre por escrutínio secreto, existindo chapa única poderá ser por aclamação.

CAPÍTULO V

Do Conselho Deliberativo

Art. 13º – O Conselho Deliberativo será composto de no mínimo por 4 (quatro) pessoas e no máximo 100 (cem) pessoas associados eleitos por votação dos associados, a cujo número se acrescentará os Conselheiros Natos a que se refere o § Primeiro, deste artigo.

§ Primeiro – São Conselheiros Natos do Conselho Deliberativo os associados fundadores.

§ Segundo – Os membros do Conselho Deliberativo, escolherão entre si, o seu Presidente e o seu Secretário, e este, substituirá àqueles, em seus impedimentos legais ou faltas.

§ Terceiro – Perderão assento no Conselho Deliberativo, os membros deste órgão que venham a ocupar cargo na Diretoria.

Art. 14º – O Conselho Deliberativo se reunirá quando convocado pela Assembléia Geral ou pela Presidência da Diretoria, ou sempre que necessário, por convocação do seu Presidente.



Art. 15º – São atribuições do Conselho Deliberativo:

- a) Anualmente, no mês de março, tomar conhecimento, discutir e votar os relatórios da Secretaria e Tesouraria;
- b) Deliberar sobre proposição da Diretoria;
- c) Assumir a direção da **ASSOCIAÇÃO WDF**, em caso de impedimento ou renúncia da maioria ou totalidade de seus membros, enquanto não se proceder a novas eleições;
- d) Assumir a direção do Conselho Fiscal em caso de impedimento ou renúncia da maioria ou da totalidade dos seus membros, enquanto não se proceder novas eleições;
- e) Resolver os casos omissos neste Estatuto;
- f) Anualmente, fixar o quantum, a espécie e as condições de pagamento a que ficarão obrigados os associados das classes a e b;
- g) Autorizar a Diretoria a aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis, ou aqueles, como tais considerados legalmente;
- h) Convocar as Assembleias Gerais.

§ Primeiro – Os assuntos serão decididos por maioria dos Conselheiros presentes e o Presidente terá, além do voto, o voto de minerva, nos casos de empate.

§ Segundo – Os casos de votação, serão sempre em escrutínio secreto, devendo, sempre que se resolver em contrário, ser precedido de consulta à casa.

§ Terceiro – Em qualquer dos casos de que tratam este Artigo, o Conselho Deliberativo somente deliberará com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos seus membros. Não havendo esta presença mínima, será convocada para 15 dias mais tarde, nova reunião, que se instalará com qualquer número.

CAPÍTULO VI

Da Diretoria

Art. 16º – A **ASSOCIAÇÃO WDF** será administrado por uma Diretoria assim constituída:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro;
- e) Diretor Técnico;
- f) Diretor de Promoções;
- g) Diretor Patrimônio.

§ Primeiro – Para cargo de Presidente, só poderá ser eleito associado com o mínimo de 25 (vinte e cinco) anos de idade, tanto homem como mulher e respeitar o Art. 6, alínea a) e sendo conselheiro pelo prazo de 2(dois) anos.

§ Segundo – Os candidatos para o cargo de Presidente, deverão receber aprovação de no mínimo 4 (quatro) dos 7 (sete) associados fundadores natos a que se refere o § Primeiro, do Art. 13. Posteriormente, os aprovados serão votados pela Assembleia Geral.

§ Terceiro - Dos membros acima, o Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos de dois em dois anos, em Assembleia Geral Ordinária dos associados no mês de julho e os demais serão escolhidos pelo Presidente da **ASSOCIAÇÃO WDF**.

§ Quarto: Os membros da diretoria que se candidatarem a cargos políticos partidários deverão se desvincular da diretoria 90(noventa) dias antes das eleições.



Art. 17º – A Diretoria considera-se reunida para deliberar com a maioria absoluta.

Art. 18º - Perderá o mandato, automaticamente, o membro que sem causa justificada, faltar às reuniões da Diretoria 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) alternadas.

Art. 19º – O mandato da Diretoria será de 2 (dois) anos, contados por inteiro, de janeiro do primeiro ano, a dezembro do segundo ano.

Art. 20º – À Diretoria compete:

- a) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, seu regimento, suas próprias decisões, as da Assembleia Geral e as do Conselho Deliberativo;
- b) Comprar, vender ou onerar bens imóveis ou aqueles como tais considerados legalmente, com autorização expressa do Conselho Deliberativo;
- c) Comprar, vender ou onerar bens móveis ou aqueles como tais considerados legalmente, até o valor máximo de 10 (dez) salários mínimos vigentes. O que exceder esta limitação, dependerá de autorização expressa do Conselho Deliberativo.

Art. 21º – Ao Presidente compete:

- a) Representar a ASSOCIAÇÃO WDF ativa e passivamente em juízo ou fora dele;
- b) Administrar a ASSOCIAÇÃO WDF, praticando todos os atos para isso necessários;
- c) Nomear auxiliares que se façam necessários, bem como delegações e comissões;
- d) Reconsiderar suas decisões, instaurar e julgar inquéritos, aplicar, comutar, anular e relevar penalidades;
- e) Convocar reuniões da Assembleia Geral Extraordinária e do Conselho Deliberativo;
- f) Atender, obrigatoriamente, à convocação de que trata o Art. 6º, letra "c";
- g) Assinar com o Tesoureiro, ou com o seu eventual substituto: extrato de contas, balancetes, balanços, livros contábeis, abrir e movimentar contas em estabelecimentos de crédito ou bancários, emitir, sacar e endossar cheques; assinar documentos e instrumentos legais que obriguem a emitir recibos de subvenções, doações, auxílios e outros;

Art. 22º – Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas funções, nas ausências ou impedimentos, ou quando solicitado, devendo participar das reuniões de Diretoria.

Art. 23º – Compete ao Secretário:

- a) Lavrar as atas das sessões da Diretoria;
- b) Manter os meios eletrônicos atualizados;
- c) Realizar no final do mandato relatório das atividades da ASSOCIAÇÃO WDF no biênio;
- d) Redigir ofícios, circulares e avisos, assinando-os.

Art. 24º – Compete ao Tesoureiro:

- a) Manter sob sua guarda os livros contábeis bem como documentos da Tesouraria e escrituração em dia;
- b) Apresentar à Diretoria os extratos de contas mensais, balancetes semestrais, balanço anual e o balanço geral no fim do mandato;
- c) Depositar em estabelecimento de crédito ou bancário, designados pela Diretoria, as importâncias pertencentes à associação;



- d) Assinar com o Presidente, ou seu eventual substituto, todos os documentos enunciados no Art. 24º, alínea "g";
- e) Assinar recibos de contribuições;
- f) Organizar e gerir o fichário do quadro social, informando periodicamente à Diretoria os contribuintes em atraso, e ter sob sua guarda, devidamente escriturados em livro próprio, os bens patrimoniais da associação.

Art. 25º – Compete ao Diretor Técnico:

- a) Organizar e dirigir torneios e competições promovidas pela associação;
- b) Indicar e selecionar atletas e equipes representantes da associação em competições internas e externas de qualquer nível;
- c) Submeter à Diretoria, com antecedência, os respectivos programas visando a obtenção dos recursos humanos e materiais necessários;
- d) Manter ranking dos atletas filiados.

Art. 26º – Compete ao Diretor de Promoções:

- a) Editar o Boletim Informativo da associação;
- b) Divulgar as decisões, avisos, convocações e realizações da associação na imprensa escrita, falada e televisionada;
- c) Promover ou participar de palestras, simpósios e eventos esportivos ou culturais em geral, visando a divulgação da associação.
- d) Promover a ASSOCIAÇÃO WDF em todos os meios de comunicação.

Art. 27º – Compete ao Diretor Jurídico

- a) Emitir parecer sobre assuntos de natureza legal de interesse da associação;
- b) Apresentar parecer sobre a filiação de entidades na associação;
- c) Realizar a defesa judicial e/ou administrativa da entidade quando solicitado pela presidência.

Art. 28º – Compete ao Diretor Patrimônio

- a) Controlar, inventariar e fazer o tombamento dos bens patrimoniais da associação.

CAPÍTULO VII

Do Conselho Fiscal

Art. 29º – O Conselho Fiscal é constituído de 2 (dois) membros efetivos e 1 (um) suplentes eleitos pela Assembleia Geral, competindo-lhe:

- a) Conferir e assinar balancetes, a documentação e a escrita contábil;
- b) Emitir parecer sobre balanços gerais;
- c) Apresentar à Assembleia Geral para aprovação das contas da Diretoria bianualmente;
- d) Convocar o Conselho Deliberativo para denunciar os erros ou fraudes verificadas, sugerindo medidas a serem tomadas.

§ Único – O Conselho Fiscal só poderá funcionar com a presença mínima de 3 (três) de seus membros.

CAPÍTULO VIII Do Patrimônio



Art. 30º – Constitui o patrimônio da associação:

- a) Bens e direitos a ela doados, legados ou adquiridos no exercício de suas atividades;
- b) Os saldos de exercícios financeiros;

§ Único – A alienação ou oneração de bens e direitos dependerá da aprovação expressa de 2/3 (dois terços) dos componentes do Conselho Deliberativo com direito a voto, e especialmente convocados para isso.

CAPÍTULO IX Do Símbolo, do Uniforme e da Bandeira.

Art. 31º – A primeira Diretoria da ASSOCIAÇÃO WDF providenciará a confecção de um símbolo que figurará com destaque em todos os impressos, sobre-cartas, distintivos, troféus, medalhas, uniformes esportivos e demais materiais da entidade.

Art. 32º – A primeira Diretoria providenciará a confecção de uniforme para seus atletas.

Art. 33º – A primeira Diretoria providenciará a confecção da Bandeira da ASSOCIAÇÃO WDF que permanecerá em destaque na sua sede social e em todos os eventos sociais e esportivos que promover.

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Art. 34º – Ficam assegurados todos os direitos aos membros de qualquer órgão, eleitos ou nomeados pelos poderes da ASSOCIAÇÃO WDF a partir da data de sua fundação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35º – No caso de ser dissolvida a associação ou quando ela não puder cumprir os intuitos definidos neste Estatuto, a Assembléia Geral que aprovar a liquidação, destinará os seus bens patrimoniais a outra entidade congênere ou de caráter beneficente, dentro do Estado do Paraná.

Art. 36º – Para poder se dissolver a associação, será necessário o voto de 2/3 (dois terços) associados remanescentes com direito a sufrágio, por ocasião da Assembleia Geral convocação exclusiva do Conselho Deliberativo, se reunirá especialmente para este fim.



Art. 37º- A associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo as rendas ser aplicadas exclusivamente, no território nacional.

Art. 38º – O presente Estatuto entrará em vigor a partir da data do seu registro, conforme mandamento do artigo 45 do código civil.

Pato Branco, 09 de setembro de 2019.

Advogado

Fabiana Raulino
Advogada
OAB/PR 81.901

Presidente

Franciele Vonsoski Gondarski
CPF 061.695.489-16



SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS	
Oficial: ABEGAIL VIEIRA SAMARA Substituta: JAQUELINE CELESTE SAMARA	
Emolumentos	19,30
Funrejus	8,67
Funarpen	1,17
Distribuidor	9,02
Microfilme	0,67
Issqn	0,58
Fadep	0,97
Total	R\$ 40,28
VRC 100,00	

PROTOCOLADO E MICROFILMADO
Nº 0074899
Registrado sob nº 0001621/04 - Livro A
Pato Branco-PR, 30 de janeiro de 2020.

Zaqueu Batista de Oliveira-Escrevente
Lo Digital-M9n3d.smZLz.IvjJx, Controle: jUHPx.kmxXu
Consulte em <http://www.funarpen.com.br>

Realização: 152 - 4º andar - CEP: 85501-045 Pato Branco/PR Fone: (46) 3225-2455 e-mail: cartorio@cartoriopato.com



PREFEITURA DE
PATO BRANCO
Secretaria de Esporte e Lazer

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins e a quem interessar possa, que a WDF-ON PRIME, CNPJ 32.765.504/0001-99, denominada Associação Patobranquense de Kickboxing e Boxe, realizou trabalhos voluntários com crianças e jovens durante os anos de 2019 e 2020, no espaço do CEU das Artes e do Esporte, situado no Bairro Sudoeste, na cidade de Pato Branco/PR.

Pato Branco, novembro de 2020.



PAULO VICENTE STEFANI

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Projeto Social

Eu Franciele Vonsoski Gondarski , presidente da Associação Patobranquense e Kickboxing e box, venho por meio deste projeto apresentar o nosso trabalho social , na sequencia estarei apresentando algumas imagens dos campeonatos em que estivemos representando a cidade de Pato Branco .

Iniciamos os trabalhos com as crianças do Céu das artes em Março de 2019.

A arte marcial praticada pelas crianças exigem uma disciplina de comportamento,





exige deles o respeito e a organização
pelo local de treino .

O incentivo as crianças começou apartir dos campeonatos em que as levamos para competir ,



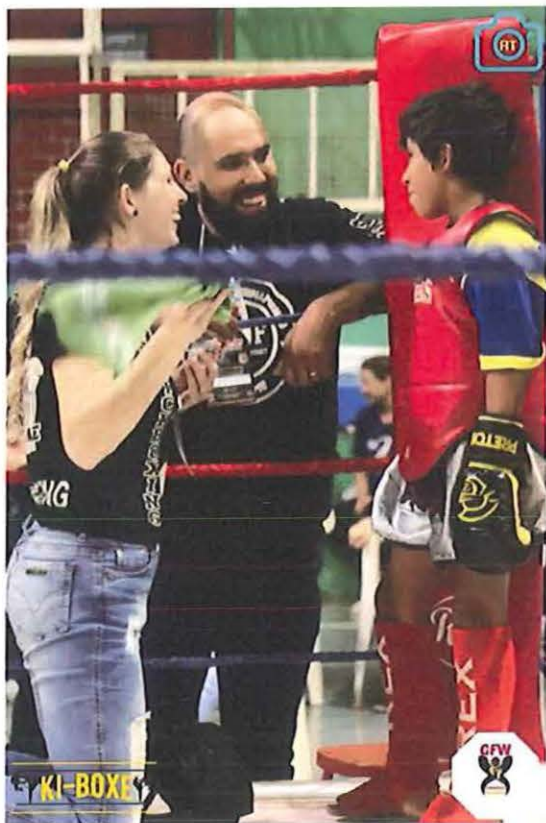
Proporcionar uma viagem a eles foi uma das maiores realizações ,

Proporcionando ate mesmo as encaradas que eles assistiam pela tv.



Fotos do Campeonato que foi realizado na cidade de Matelandia -PR





Em Junho de 2019 proporcionamos um campeonato em nossa cidade onde tivemos os nossos atletas e atletas de mais de 8 cidades incluindo alguns do estado de São Paulo.



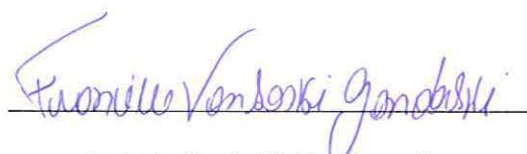
No mês de Julho proporcionamos mais um campeonato, campeonato Copa-Paraná de Kickboxing na cidade de Carambei-PR



Temos também as graduações



Fim da apresentação agradecendo a atenção de todos , não conseguimos colocar fotos de todos pois ficaria muito extenso .



Associação de Kickboxing e Box

Franciele V. Gondarski



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 6710842021

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **FRANCIELE VONSOSKI GONDARSKI**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de JOAO MARIA GONDARKI e LIDIA GONDARSKI, nascido(a) aos 03/02/1988, natural de PATO BRANCO/PR, documento de identificação 100300192 SSP/PR, CPF 061.695.489-16.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 10:09 de 26/01/2021



6710842021



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
SETOR DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS



ATESTADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: FRANCIELE VONSOSKI GONDARSKI
Número do RG: 10030019-2
Nome mãe: LIDIA GONDARSKI
Nome pai: JOÃO MARIA GONDARSKI
Data nascimento: 03/02/1988
Naturalidade: PATO BRANCO/PR

A pessoa acima qualificada não possui antecedentes criminais no Instituto de Identificação do Paraná, até a presente data.

Documento emitido nos termos do artigo 20 do Código do Processo Penal, Dec. Lei nº 3.689/1941 e artigo 202 da Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984.

CURITIBA, 28 de janeiro de 2021


MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 6712732021

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **VERA LUCIA DE BORTOLI**, nacionalidade **BRASILEIRA**, filho(a) de **ODACIR CAETANO DE BORTOLI** e **LUCI TEREZINHA RUARO DE BORTOLI**, nascido(a) aos 02/07/1977, natural de **PATO BRANCO/PR**, documento de identificação 61901914 SSP/PR, CPF 005.173.929-17.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 10:12 de 26/01/2021



6712732021



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
SETOR DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS



ATESTADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: VERA LUCIA DE BORTOLI
Número do RG: 6190191-4
Nome mãe: LUCI TEREZINHA RUARO DE BORTOLI
Nome pai: ODACIR CAETANO DE BORTOLI
Data nascimento: 02/07/1977
Naturalidade: PATO BRANCO/PR

A pessoa acima qualificada não possui antecedentes criminais no Instituto de Identificação do Paraná, até a presente data.

Documento emitido nos termos do artigo 20 do Código do Processo Penal, Dec. Lei nº 3.689/1941 e artigo 202 da Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984.

CURITIBA, 28 de janeiro de 2021


MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR

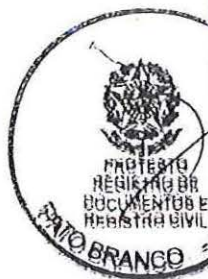


ATA 01



Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezenove, na sede associação na rua Av Tupi n.º 4030, bairro Santa Terezinha em Pato Branco -Pr, as 19:30 horas foi realizada uma reunião extraordinária. A presidente Sra. Franciele Vonsoski Gondarski, deu inicio a reunião lendo o edital de convocação onde tem por pauta: item 1 Criação e aprovação do estatuto Social de fundação da Entidade, item 2 Eleição e Posse da primeira diretoria. Seguindo a ordem a presidente apresentou a todos os presentes o estatuto social da entidade onde foi lido todos os artigos debatidos pelos presentes e aprovado, após a aprovação do estatuto social, foi apresentado a primeira diretoria, e tendo somente uma chapa foi colocado em apreciação o nome dos componentes e distribuído os cargos pôr se tratar de chapa única, de imediato foi colocado em votação a chapa apresentada e também por unanimidade foi aprovada ficando assim composta a mesma para o Biênio 2019/2020. **DIRETORIA:** Presidente Sra Franciele Vonsoski Gondarski, residente e domiciliado em Pato Branco -Pr, na rua do Principe, n.º 1695, bairro São Cristóvão, CPF: 061.695.489-16 e RG 10.030.019-2- Vice Presidente Sr Adam Mateus Maciel Schumaker, residente e domiciliado em Pato Branco -Pr na rua Papa João XXIII n.º 1161, bairro São Cristóvão, CPF: 060.260.049-98 e RG 10.082.803-0, Tesoureiro Sra. Vera Lucia de Bortoli, residente e domiciliada em Pato Branco -Pr, na rua João pessoa n.º 813, bairro Santa Terezinha, CPF: 005.173.929-17 e RG: 6.190.191-4, Secretário Sr. Jhonatan Fernandes Camara, residente e domiciliado em Pato Branco -Pr na rua Amambai n.º 399, bairro Pinheirinho, CPF: 086.527.529-74 e RG 10.952.891-9. Constituída a nova diretoria foi devidamente empossado os membros e a presidente eleita Sra Franciele Vonsoski Gondarski agradeceu a todos pela confiança de estar a frente da entidade por dois anos e nomeou os demais cargos ficando composto da seguinte forma: **CONSELHO DELIBERATIVO:** Adenir de Freitas, Heitor Gabriel Mandrik, Eraldo de Souza Bortolini, Lucas da Maia, **CONSELHO FISCAL:** membros efetivos Heitor Gabriel Mandrik e Adenir de Freitas, Lucas da Maia membro suplente, xxxxxxxx, **DIRETOR TÉCNICO,** Alisson Mateus Maciel Schumaker **DIRETOR DE PROMOÇÕES,** Emanuel Rogerio da Silva Padia, **DIRETOR DE PATRIMÔNIO,** Fernando Rossi de Lima. Sem mais nada a discutir a presidente deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos e eu Jhonatam Fernandes Camara, li a ata e encerrei a mesma onde vai por mim assinada e por todos os presentes.

Franciele Vonsoski Gondarski
Presidente
Franciele Vonsoski Gondarski



SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS	
Oficial: ALEGAIL VIEIRA SAMARA Substituta: JAQUELINE CELESTE SAMARA	
Emolumentos	19.30
Funrejus	3.40
Funarpen	1.17
Distribuidor	9.02
Microfilme	0.67
Isign	0.68
Fadep	0.97
Total	R\$ 40.01
VRC 100.00	

PROTOCOLADO E MICROFILMADO:
Nº 0072321
Registrado sob nº 0001021/01 - Livro A
Pato Branco-PR, 05 de fevereiro de 2019.

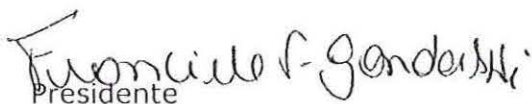
Zaqueu Balista de Oliveira-Escrevente
Digital: 6kfz2.fakRv.wkjjt, Controle: ueo9x.Fpvpr
Consulte em <http://www.funarpen.com.br>

Rua Tapajós, 152 - 4ª andar - CEP: 85501-045 - Pato Branco/PR - Fone: (41) 3225-2455 - e-mail: cartorio@cartorioveira.com



ATA 02

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, na sede da associação na rua Vieira da Costa n.º 130, bairro Pinheirinho em Pato Branco -Pr, as 19:30 horas foi realizada uma reunião extraordinária. A presidente Sra. Franciele Vonsoski Gondarski, deu início a reunião lendo o edital de convocação onde tem por pauta: item 1 Reformulação do Estatuto Social (Mudança de endereço) conforme artigo 1º. Seguindo a ordem a presidente relatou a todos os presentes a mudança de endereço onde a entidade ficou transferida para a rua Vieira da Costa n.º 130, bairro Pinheirinho, cep: 85506-160 em Pato Branco. Lido o estatuto alterado todo os presentes pelo secretário os mesmo aprovaram por unanimidade a mudança. Sem mais nada a discutir a presidente deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos e eu Jhonatam Fernandes Camara, li a ata e encerrei a mesma onde vai por mim assinada e por todos os presentes.


Presidente

Franciele Vonsoski Gondarski



SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS	
Oficial: ABEGAIL VIEIRA SAMARA Substituta: JAQUELINE CELESTE SAMARA	
Emolumentos	19,30
Funrejus	9,67
Funarpen	1,17
Distribuidor	9,02
Microfilme	0,67
Issqn	0,88
Fadep	0,97
Total	R\$ 40,28
	VRC 100,00

PROTOCOLADO E MICROFILMADO
Nº 0074898
Registrado sob nº 0001621/03 - Livro A
Pato Branco-PR, 30 de janeiro de 2020.


Zaqueu Batista de Oliveira-Escrevente
Ido Digital-A9n3d.v3xt2.Ivjjn, Controle: 4YHMx.6coh2
Consulte em <http://www.funarpen.com.br>

Rua Tapajós, 152 - 4º andar - CEP: 85501-045 - Pato Branco/PR - Fone: (46) 3225 2455 e-mail: cartorio@zbatistaoliveira.com



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 6.0.9

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - ECF

Original

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

CNPJ
32.765.504/0001-99
SCP
NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

PERÍODO DA APURAÇÃO	SITUAÇÃO
05/02/2019 a 31/12/2019	Normal
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
DF.4E.09.A3.14.6C.D3.5B.07.06.60.E7.0E.DB.EF.D4.D6.21.EA.B0	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE
Contador/Contabilista	62011383900	CLAUDIMIR LORECI VIEIRA:62011383900	4756110174174178095	25/01/2019 a 24/01/2022
Oulros	32765504000199	ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE:32765504000199	5989259743273551702	10/01/2020 a 09/01/2021

NÚMERO DO RECIBO:

DF.4E.09.A3.14.6C.D3.5B.07.06.60.E7.
0E.DB.EF.D4.D6.21.EA.B0-7

Escrutação recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 13/07/2020 às 15:07:30

F5.98.B5.A6.42.42.7A.61
DF.8F.33.C6.C9.7E.24.60

Relatório de Impressão de Pastas e Fichas

Nome Empresarial: ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE

Período da Escrituração: 05/02/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 32.765.504/0001-99

SCP:

Registro 0000 - Abertura do Arquivo Digital e Identificação da Entidade

Identificador do arquivo LECF	Código da versão do leiaute 0006
CNPJ 32765504000199	Nome empresarial ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE
Indicador do início do período 1 - Abertura (início de atividades no ano calendário)	Indicador de situação especial e outros eventos 0 - Normal (Sem ocorrência de situação especial ou evento)
Patrimônio remanescente em caso de cisão (%)	Data da situação especial ou evento
Data inicial 05/02/2019	Data final 31/12/2019
Escrituração retificadora? N - ECF original	Número do recibo anterior
Tipo da ECF 0 - ECF de empresa não participante de SCP como sócio ostensivo	Identificação da SCP

Registro 0010 - Parâmetros de Tributação

Hashcode da ECF do período imediatamente anterior a ser recuperado	Indicador de optante pelo Refis N
Indicador de optante pelo Paes N	Forma de tributação do lucro 9 - Isento do IRPJ
Período de apuração do IRPJ e CSLL	Qualificação da Pessoa Jurídica
Forma de tributação no período	Forma de Determinação das Estimativas Mensais
Tipo da escrituração L - Não obrigada a entregar a ECD/Livro Caixa (Opção do Lucro Presumido - parágrafo único)	Tipo de entidade da Imune ou Isenta 99 - Outras
Existência de Atividade Tributada pelo IRPJ para a Imune ou Isenta D - Desobrigada	Apuração da CSLL D - Desobrigada
Critério de Reconhecimento de Receitas	



Relatório de Impressão de Pastas e Fichas

Nome Empresarial: ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE

Período da Escrituração: 05/02/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 32.765.504/0001-99

SCP:

Registro 0010 - Parâmetros de Tributação



Relatório de Impressão de Pastas e Fichas

Nome Empresarial: ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE

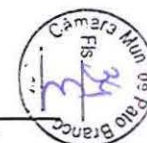
Período da Escrituração: 05/02/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 32.765.504/0001-99

SCP:

Registro 0020 - Parâmetros Complementares

Alíquota da CSLL	Quantidade de SCP da PJ
Administradora de Fundos e Clubes de Investimento	Participações em Consórcios de Empresas
Não	Não
Operações com o Exterior	Operações com Pessoa Vinculada / Interposta Pessoa / País com Tributação Favorecida
Não	Não
PJ Enquadrada nos artigos 48 ou 49 da IN RFB no 1.312/2012	Participações no Exterior
Não	Não
Atividade Rural	Lucro da Exploração
Não	Não
Isenção e Redução do Imposto para Lucro Presumido	FINOR/FINAM
Não	Não
Doações a Campanhas Eleitorais	Participação Avaliada pelo Método de Equivalência Patrimonial
Não	Não
PJ Efetuou Vendas a Empresa Comercial Exportadora com Fim Específico de Exportação	Recebimentos do Exterior ou de Não Residentes
Não	Não
Ativos no Exterior	PJ Comercial Exportadora
Não	Não
Pagamentos ao Exterior ou a Não Residentes	Comércio Eletrônico e Tecnologia da Informação
Não	Não
Royalties Recebidos do Brasil e do Exterior	Royalties Pagos a Beneficiários do Brasil e do Exterior
Não	Não
Rendimentos Relativos a Serviços, Juros e Dividendos Recebidos do Brasil e do Exterior	Pagamentos ou Remessas a Título de Serviços, Juros e Dividendos a Beneficiários do Brasil e do Exterior
Não	Não
Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Tecnológico	Capacitação de Informática e Inclusão Digital
Não	Não
Repes, Recap, Padis, PATVD, Reidi, Repenec, Reicomp, Retaero, Recine, Resíduos Sólidos, Recopa, Copa do Mundo, Retid, REPBNL-Redes, Reif e Olimpíadas	Polo Industrial de Manaus e Amazônia Ocidental
Não	Não
Zonas de Processamento de Exportação	Áreas de Livre Comércio
Não	Não



Relatório de Impressão de Pastas e Fichas

Nome Empresarial: ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE

Período da Escrituração: 05/02/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 32.765.504/0001-99

SCP:

Registro 0030 - Dados Cadastrais

Natureza Jurídica	Código da Atividade Econômica (CNAE-Fiscal)
3999 - Associação Privada	8591100 - Ensino de esportes
Endereço	Número
RUA VIEIRA DA COSTA	130
Complemento	Bairro/Distrito
	PINHEIRINHO
UF	Código do Município
PR - Paraná	4118501 - Pato Branco
CEP	Número do Telefone
85506160	
Correio Eletrônico	
ESCRITORIOVIEIRA2@HOTMAIL.COM	

Registro 0930 - Identificação dos signatários da ECF

Nome do signatário	CPF/CNPJ	Qualificação do assinante	Inscrição do contabilista	E-mail do signatário	Número do Telefone do signatário
ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE	32765504000199	999 - Outros		ESCRITORIOVIEIRA2@HOTMAIL.COM	
CLAUDIMIR LORECI VIEIRA	62011383900	900 - Contador/Contabilista	038975/O-3	ESCRITORIOVIEIRA2@HOTMAIL.COM	4632255459



Relatório de Impressão de Pastas e Fichas

Nome Empresarial: ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE

Período da Escrituração: 05/02/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 32.765.504/0001-99

SCP:

Registro U030 - Identificação do período

Data Saldo Inicial	Data Saldo Final	Período de apuração
05/02/2019	31/12/2019	A00 - Anual

Registro U030 - Identificação do período

Data Saldo Inicial	Data Saldo Final	Período de apuração
05/02/2019	31/12/2019	A00 - Anual

Registro U030 - Identificação do período

Data Saldo Inicial	Data Saldo Final	Período de apuração
05/02/2019	31/12/2019	A00 - Anual

Registro U030 - Identificação do período

Data Saldo Inicial	Data Saldo Final	Período de apuração
05/02/2019	31/12/2019	A00 - Anual

Registro X390 - Origem e Aplicação de Recursos - Imunes ou Isentas

Código	Descrição	Valor
1	ORIGEM DE RECURSOS	
2	Contribuições de Associados ou Sindicalizados	0,00



Relatório de Impressão de Pastas e Fichas

Nome Empresarial: ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE

Período da Escrituração: 05/02/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 32.765.504/0001-99

SCP:

Registro X390 - Origem e Aplicação de Recursos - Imunes ou Isentas

Código	Descrição	Valor
3	Receita da Venda de Bens ou da Prestação de Serviços	0,00
4	Rendimentos de Aplicações Financeiras de Renda Fixa	0,00
5	Ganhos Líquidos Auferidos no Mercado de Renda Variável	0,00
6	Doações e Subvenções	0,00
7	Outros Recursos	0,00
8	TOTAL	0,00
9	APLICAÇÃO DE RECURSOS	
10	Ordenados, Gratificações e Outros Pagamentos, Inclusive Encargos Sociais	0,00
11	IR Retido sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras de Renda Fixa	0,00
12	IR Retido ou Pago sobre Ganhos Líquidos Auferidos no Mercado de Renda Variável	0,00
13	Impostos, Taxas e Contribuições	0,00
14	Despesas de Manutenção	0,00
15	Outras Despesas	0,00
16	TOTAL	0,00
17	SUPERAVIT/DEFICIT	0,00



Relatório de Impressão de Pastas e Fichas

Nome Empresarial: ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE

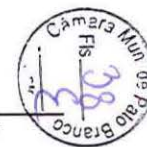
Período da Escrituração: 05/02/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 32.765.504/0001-99

SCP:

Registro Y612 - Rendimentos de Dirigentes e Conselheiros - Imunes ou Isentas

CPF	NOME	Qualificação	Rendimentos do Trabalho	Demais rendimentos	IR retido na fonte
06169548916	FRANCIELE VONSOSKI GONDARSKI	12 - Presidente sem Vínculo Empregatício	0,00	0,00	0,00





Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022920802-42

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 32.765.504/0001-99

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/03/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 32.765.504/0001-99

Certidão nº: 28875151/2020

Expedição: 09/11/2020, às 11:16:53

Validade: 07/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.765.504/0001-99**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Receita Federal

**CERTIDÃO**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE
CNPJ: 32.765.504/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:11:14 do dia 09/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/05/2021.

Código de controle da certidão: **771D.0464.4AC4.3534**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE
CNPJ: 32.765.504/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:11:14 do dia 09/11/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/05/2021.

Código de controle da certidão: **771D.0464.4AC4.3534**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.765.504/0001-99

Razão Social: ASSOCIACAO PATOBRAQUENSE DE KI

Endereço: AV TUPI 4030 / SANTA TEREZINHA / PATO BRANCO / PR / 85506-038

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/11/2020 a 03/12/2020

Certificação Número: 2020110407102766249120

Informação obtida em 09/11/2020 11:21:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

923646b55331f280b5b91e2f17595745



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, o art. 403, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
FRANCIELE VONSOSKI GONDARSKI

OU

contra o CPF:
061.695.489/16

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 24/11/2020 às 03:00
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 24/11/2020 às 01:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 24/11/2020 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 24/11/2020 às 03:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 24/11/2020 às 01:30
- Santa Catarina (Processo Papel) até 24/11/2020 às 02:30

Certidão emitida em: 24/11/2020 às 15:44 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **923646b55331f280b5b91e2f17595745**



23/11/2020

:: Portal da Justiça Federal da 4ª Região ::

4ae89a4551646df7aec59e12ca90bdf



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, o art. 403, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
VERA LUCIA DE BORTOLI

OU

contra o CPF:
005.173.929/17

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 23/11/2020 às 03:00
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/11/2020 às 01:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/11/2020 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 23/11/2020 às 03:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/11/2020 às 01:30
- Santa Catarina (Processo Papel) até 23/11/2020 às 02:30

Certidão emitida em: 23/11/2020 às 11:01 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **4ae89a4551646df7aec59e12ca90bdf**



858c8c2536dc86a69c63fbff7f93f9d8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS

CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, o art. 403, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
ADAM MATEUS MACIEL SCHUMAKER

OU

contra o CPF:
060.260.049/98

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 24/11/2020 às 03:00
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 24/11/2020 às 01:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 24/11/2020 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 24/11/2020 às 03:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 24/11/2020 às 01:30
- Santa Catarina (Processo Papel) até 24/11/2020 às 02:30

Certidão emitida em: 24/11/2020 às 14:16 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **858c8c2536dc86a69c63fbff7f93f9d8**





Projeto de Lei Ordinária nº 4/2021

Autoria: Claudemir Zanco (PL)

PARECER JURÍDICO

O nobre vereador Claudemir Zanco (PL) propõe o projeto de lei em epígrafe numerado, que tem objetivo declarar de utilidade pública municipal a ASSOCIAÇÃO PATOBRANQUENSE DE KICKBOXING E BOXE, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede na Rua Vieira da Costa, 130, Bairro Pinheirinho, Pato Branco, inscrita no CNPJ sob nº 32.765.504/0001-99

A matéria esta acompanhada de justificativa do autor e documentos que a instruem, e desmerece digressões a respeito.

É o brevíssimo relatório.

Com a declaração de utilidade pública terá a referida entidade condições de pleitear recursos em órgãos e esferas governamentais, objetivando implementar as finalidades consignadas em seu estatuto social.

A legislação que disciplina a declaração de utilidade pública em âmbito municipal é a Lei nº 2.340, de 1º de junho de 2004, com suas alterações já incorporadas da legislação.

O art. 2º, da referida norma, assim prevê:

Art. 2º As sociedades civis, as **associações com atividade** social, recreativa ou **esportiva**, as instituições filantrópicas, de pesquisas científicas e fins culturais e as fundações constituídas no Município de Pato Branco ou aqui exerçam suas atividades através de representações, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade podem ser declaradas de utilidade pública.

Logo, como se vê do estatuto social da associação, a mesma se enquadra em uma das entidades suscetíveis a serem declaradas de utilidade pública, no sentido de se "fazer às vezes do Poder Público", que, neste caso, é a prática esportiva.

De mais a mais, é a redação do art. 3º, da Lei nº 2.340/2004:

** Documento enviado eletronicamente através do SAPL **



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1544



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / procuradoriajuridica@patobranco.pr.leg.br





Art. 3º A concessão de título de utilidade pública far-se-á através de lei municipal, devendo a entidade interessada, com a finalidade de instruir a respectiva proposição legislativa, com documentos autenticados, fazer prova de que:

I – possui personalidade jurídica própria, comprovada mediante Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas;

II – a entidade (matriz ou filial) encontra-se em efetivo e contínuo funcionamento no Município de Pato Branco em observância aos fins estatutários, a pelo menos um ano, imediatamente anterior à proposta de declaração de utilidade pública;

III – não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;

IV – mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividade de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório;

V – seus diretores e conselheiros fiscais sejam portadores de ilibada conduta e idoneidade moral;

V – seu Presidente e Tesoureiro sejam portadores de ilibada conduta e idoneidade moral;

VI – ata da eleição de sua diretoria atual, registrada em cartório;

VII – balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

VIII – declaração de isenção de Imposto de Renda; e

IX – inscrição atualizada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

Paragrafo único. O requisito constante no inciso V deste artigo deverá ser comprovado mediante apresentação de Certidão de Antecedentes Criminais, fornecidos pela Polícia Civil e Federal.

Os documentos juntados dão conta de comprovar todas as condicionantes previstas do disposto retro. Destaca-se que com relação ao inciso VIII (declaração de isenção de Imposto de Renda) há a juntada tão-somente do comprovante de entrega da escrituração digital (SPED), no qual consta que a associação é isenta do imposto de renda.

Embora a norma exija uma “declaração” neste sentido, entendo, salvo melhor juízo, que a informação constante do SPED tem o condão de comprovar a situação de exclusão do crédito tributário (isenção) aplicável à associação em espécie, o que não impede, contudo, que os nobres vereadores requeiram à postulante a juntada da declaração firmada por contador neste sentido.

Os eventuais recursos (auxílios) a serem pleiteados pela aludida entidade civil junto à municipalidade, após obtenção da declaração de utilidade

** Documento enviado eletronicamente através do SAPL **



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1544



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / procuradoriajuridica@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



pública, dependerá de expressa previsão orçamentária e disponibilidade financeira, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Feitas essas considerações e estando a matéria legalmente amparada, opino em exarar parecer favorável a sua regimental tramitação e aprovação.

Pato Branco, 5 de fevereiro de 2021.

LUCIANO BELTRAME
Procurador Legislativo

** Documento enviado eletronicamente através do SAPL **



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1544

 <http://www.patobranco.pr.leg.br> / procuradoriajuridica@patobranco.pr.leg.br





ATA 02/2021

REUNIÃO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aos dez dias do mês de fevereiro de 2021 reuniram-se na sala das comissões, na Câmara Municipal de Pato Branco os vereadores integrantes da Comissão de Justiça e Redação **Dirceu Luiz Boaretto - Podemos (Presidente)**, **Claudemir Zanco - PL (Membro)**, **Eduardo Albani Dala Costa - MDB (Membro)**, **Romulo Faggion - PSL (Membro)** e **Thania Maria Caminski Gehlen - DEM (Membro)**, na ocasião foram deliberados dois projetos, sendo eles o Projeto de Veto Parcial ao Projeto de Lei 166/2019, que altera dispositivos a Lei nº 3598, de 26 de maio de 2011, que instituiu a Lei Geral do Transporte Público do Município de Pato Branco, estabelece normas gerais e específicas, o presente veto foi aceito pelos membros da Comissão de Justiça e Redação. O Projeto de Lei nº 4/2021, que Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Patobranquense de Kickboxing e Boxe, recebeu parecer favorável. No que tange ao Projeto de Lei 06/2021 que altera dispositivo da Lei nº 2.463, de 22 de junho de 2005, que disciplinou o exercício do comércio ambulante em logradouros e vias públicas no município de Pato Branco, foi designado o Vereador Dirceu Luiz Boaretto como relator da matéria, entretanto, o mesmo ressalta o impedimento na relatoria da matéria, visto que teme que sua função como empresário possa ser arguida futuramente como fator negativo face a relatoria, diante dessa fato, a matéria foi redistribuída, sendo designado o vereador Eduardo Albani Dala Costa –MDB, que também se declarou impedido, visto que tem interesse na matéria, logo, a matéria foi redistribuída, sendo designado o Vereador Romulo Faggion – PSL como relator da mesma. Nada mais havendo a ser tratado o Senhor Presidente encerrou a reunião. Eu Maíara de Souza - Assessora Parlamentar lavrei a presente Ata, que passa a ser assinada por mim e todos os presentes.


Pato Branco, 10 de fevereiro de 2021.


Maíara de Souza
Assessora Parlamentar


Dirceu Luiz Boaretto - Podemos
Presidente

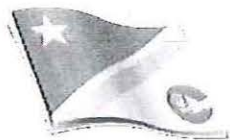

Claudemir Zanco - PL
Membro


Eduardo Albani Dala Costa - MDB
Membro


Romulo Faggion - PSL
Membro


Thania Maria Caminski Gehlen - DEM
Membro





PARACER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 194/2021
Data: 11/02/2021 - Horário: 10:59
Legislativo - PCRJ 2/2021

TIPO DE MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 4 DE 25/01/2021

EMENTA: Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Patobranquense de Kickboxing e Boxe

AUTOR: Vereador Claudemir Zanco - PL

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 29/01/2021

RELATOR: Eduardo A. Dala Costa

I- RELATÓRIO E ANÁLISE

Através do projeto em análise o Vereador proponente busca declarar de Utilidade Pública Municipal a Associação Pato Branquense de Kickboxing e boxe.

Em sua justificativa, o proponente informa que trata-se de entidade sem fins lucrativos, que foi fundada em 2 de janeiro de 2019, que congrega essencialmente atletas praticantes de artes marciais, ressalta ainda que, quanto mais entidades voltadas para a prática de esportes que incentive os nossos munícipes à prática, aumenta a qualidade de vida da população. Por fim solicita aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Verifica-se inicialmente que a declaração de utilidade pública, no âmbito municipal rege-se pela Lei nº 2.340, de 1º de julho de 2004, e suas alterações, e que tal proposição esta em consonância com o que preceitua a legislação municipal.

Verifica-se ainda, que a entidade Associação Patobranquense de Kickboxing e Boxe, no desenvolver de suas atividades contribui para uma melhor qualidade de vida da população pato-branquense, desta forma justifica a demanda pretendida..





II- TÉCNICA LEGISLATIVA

A matéria em análise empregou a linguagem e as estruturas formais que asseguram uma boa interpretação da norma com coerência e compreensão, dessa forma atingindo sua finalidade.

III - VOTO DO RELATOR

Quanto ao mérito, verifica-se que a entidade Associação Patobranquense de Kickboxing e Boxe, CNPJ nº 32.765.504/0001-99, presta relevantes serviços à população, justificando a declaração de utilidade pública pretendida.

Face do exposto, após análise criteriosa do Projeto de Lei em exame, bem como do parecer favorável da Procuradoria Jurídica, verifica-se que atende ao que dispõe o art. 62 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco.

Por isso, opto por exarar parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 4/2021.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2021.


Eduardo Albani Dala Costa - MDB
Relator






IV - CONCLUSÃO


Os membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme dispõe o inciso I do art. 51 do Regimento Interno, em reunião realizada no dia 10 de fevereiro de 2021, exaram parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 4/2021.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2021.


Dirceu Luiz Boaretto - Podemos
Presidente da Comissão


Romulo Faggin - PSL
Membro


Claudemir Zanco - PL
Membro


Thania M. Caminski Gehlen - DEM
Membro





PROJETO DE LEI Nº 4/2021

Declara de Utilidade Pública Municipal a "Associação Pato-branquense de Kickboxing e Boxe".

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal "Associação Pato-branquense de Kickboxing e Boxe", entidade sem fins econômicos, inscrito na CNPJ nº 32.765.504/0001-99, com sede na Rua Vieira da Costa, nº 130, Bairro Pinheirinho, CEP 85506-160, no município de Pato Branco, Paraná.

Art. 2º A entidade referida no art. 1º se obriga a apresentar anualmente ao Executivo Municipal relatório circunstanciado dos serviços prestados à comunidade durante o exercício anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Claudemir Zanco - PL.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 5.721, DE 16 DE MARÇO DE 2021

LEI Nº 5.721, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Declara de Utilidade Pública Municipal a
“Associação Pato-branquense de Kickboxing e Boxe”.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal “Associação Pato-branquense de Kickboxing e Boxe”, entidade sem fins econômicos, inscrito na CNPJ nº 32.765.504/0001-99, com sede na Rua Vieira da Costa, nº 130, Bairro Pinheirinho, CEP 85506-160, no município de Pato Branco, Paraná.

Art. 2º A entidade referida no art. 1º se obriga a apresentar anualmente ao Executivo Municipal relatório circunstanciado dos serviços prestados à comunidade durante o exercício anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Esta Lei é de autoria do Vereador Claudemir Zanco.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 16 de março de 2021.

ROBSON CANTU

Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:53C41E99

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/03/2021. Edição 2223

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



Câmara Municipal de Pato Branco
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pesquisar Matéria Legislativa

Pesquisa Textual Adicionar Matéria Legislativa Fazer nova pesquisa

Pesquisa concluída com sucesso! Foi encontrada 1 matéria.

Resultados

PLO 4/2021 - Projeto de Lei Ordinária

Ementa:

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Pato-branquense de Kickboxing e Boxe.

Apresentação: 29 de Janeiro de 2021

Processo: 4 / 2021

Protocolo: 55/2021 **Data Entrada:** 29 de Janeiro de 2021

Autor: Claudemir Zanco

Localização Atual: ARQUIVO - ARQ

Status: Sancionada

Data Fim Prazo (Tramitação):

Data Votação: 24 de Fevereiro de 2021

10 de Março de 2021

Data da última Tramitação: 16 de Março de 2021

Última Ação: SANÇÃO: Lei nº 5.721, de 16 de março de 2021. PUBLICAÇÃO: Publicada na página B4 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7848, de 17 de março de 2021 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/3/2021. Edição nº 2223.

Matéria Anexada: Parecer Comissão Justiça e Redação nº 2 de 2021 **Data Anexação:** 11 de Fevereiro de 2021

Documentos Acessórios: 2

Texto Original

Norma Jurídica Vinculada: Lei Ordinária nº 5.721, de 16 de março de 2021

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.162-RC5

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0

Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Pato Branco

Rua Arariboia, 491

CEP: 85501-262 | Telefone: (46) 3272-1500

Site | Fale Conosco